



Festival de Cinema de Garopaba de 4 a 9 de novembro
Página 4



Eleições na Celos serão realizadas na próxima quarta-feira, dia 6
Página 3



CELESC

Terceirização na Celesc traz risco de precarização dos serviços

AUMENTO DA TERCEIRIZAÇÃO EM DIVERSAS ÁREAS DA CELESC TRAZ PREOCUPAÇÕES PARA A CATEGORIA: ATÉ QUANDO A EMPRESA SEGUIRÁ BEM AVALIADA PELOS CONSUMIDORES?

A prática da terceirização na Celesc tem gerado preocupações significativas em relação à **qualidade dos serviços prestados** e à **segurança dos trabalhadores**. Como discutido em inúmeras matérias do jornal Linha Viva e nos discursos de dirigentes sindicais nos últimos meses, a crescente dependência de empresas terceirizadas para atividades essenciais pode levar à precarização do trabalho e à redução da eficiência operacional, encaminhando a empresa para a privatização.

Promessa cumprida ou campanha antecipada?

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), assim como o seu indicado para a presidência da companhia, Tarcísio Rosa, falam repetidamente em entrevistas e em discursos, que não pretendem privatizar a Celesc **porque ela é rentável e atende à população com qualidade**. Mas a pergunta que ecoa nos corredores da empresa é: até quando? O que acontecerá quando a Celesc não puder mais cumprir os objetivos políticos do governador de plantão? A política de aumento progressivo da distribuição de dividendos da companhia levará a Celesc a ter que escolher quais investimentos realizar, já que ao ter que buscar recursos no mercado para realizar seus investimentos, inclusive os estratégicos, haverá um custo substancialmente superior. Ao aumentar a terceirização, a ponto de ter hoje mais empregados terceirizados – e precarizados – que próprios, será mantida a qualidade da distribuição de energia?

Após quase seis meses de implantação do novo sistema comercial, sem solução para boa parte dos problemas, temos mesmo um atendimento de qualidade à população? Não custa lembrar que há clientes que estão há **quase meio ano** com problemas reiterados nas suas faturas de energia, com códigos de barras errados, com valores cobrados equivocados, com dificuldades para efetuar o débito automático no banco, tendo que se deslocar para a loja de atendimento mais próxima várias vezes sem previsão de solução. E a imagem da Celesc, como fica nesses casos?

Trabalho análogo à escravidão?

Diversos especialistas apontam que a terceirização, embora promova a redução de custos a curto prazo, frequentemente resulta em um enfraquecimento das relações de trabalho. Os funcionários terceirizados, em muitos casos, enfrentam condições menos favoráveis em comparação aos empregados diretos, com salários mais baixos e menos direitos trabalhistas. Isso não só prejudica a força

de trabalho, mas também impacta diretamente a qualidade do atendimento ao consumidor.

Recentemente, a CEMIG - concessionária de energia em Minas Gerais - passou a integrar a lista suja de empregadores, por possuir trabalho análogo à escravidão nas empresas contratadas. A Celesc não se preocupa com o risco de ingressar futuramente nessa lista? Deveria observar atentamente se contrata empresas que empregam eletricitistas vindos de outras regiões do país sem todos os direitos, **recebendo treinamento sem estarem contratados, conforme denúncia recebida pelo Sinergia**. Quem fiscaliza esses contratos? Seria problema apenas de gestão ou é inerente à terceirização a precarização destes trabalhadores?

Além disso, a situação levanta questionamentos sobre a estratégia de longo prazo da Celesc. A utilização intensiva de serviços terceirizados pode ser interpretada como um passo em direção à privatização da empresa, um movimento que preocupa diversos setores da sociedade. A privatização, se concretizada, poderia significar a entrega do patrimônio público a interesses privados, com a possibilidade de ampliação da desigualdade e da precarização do serviço público.

Recentemente, a companhia aditivou um contrato de contínuos (office boys) para atuar, segundo o próprio Diretor Comercial, na crítica de faturas, trabalho esse realizado por assistentes administrativos. Ora, além do concurso feito para este cargo em 2024, ainda há cadastro positivo do concurso anterior, realizado em 2019! Além de imoral, essa atitude é irregular. De 2021 até agora, saíram 143 assistentes administrativos, e foram repostos apenas 127 nessa posição, ou seja, há pelo menos a necessidade de 16 novas contratações.

Os relatos no Linha Viva ressaltam a necessidade de um debate mais profundo sobre o futuro da Celesc e a importância de manter a qualidade dos serviços essenciais para a população. É fundamental que a sociedade civil e os trabalhadores se mobilizem para garantir que a Celesc permaneça uma empresa pública que priorize o bem-estar dos cidadãos e o fortalecimento do serviço público.

Em suma, a terceirização na Celesc é um tema que exige atenção redobrada, pois as consequências podem afetar não apenas os trabalhadores, mas toda a população catarinense. O desafio é garantir que a empresa não se afaste de sua missão de servir ao público, evitando o caminho da precarização e da privatização.

Em 6 de novembro, vote Henri Claudino para o Conselho Deliberativo da Celos

Candidato tem o apoio da Intercel e da APCelesc

ELEIÇÃO
06.11.2024

Em defesa da
nossa Celos



HENRI CLAUDINO
para o Conselho Deliberativo da Celos

Na próxima quarta-feira, 6 de novembro, será realizada a eleição para uma vaga do Conselho Deliberativo da Celos. O Conselho é formado por três integrantes indicados pela patrocinadora (e seus suplentes) e três integrantes indicados pelos participantes, também com seus respectivos suplentes.

A eleição de 6 de novembro é para a **suplência de uma das vagas dos eleitos pelos participantes** e tem apenas uma candidatura concorrendo, apoiada pela Intercel e pela Associação dos Aposentados e Pensionistas da Celesc - a APCelesc.



O candidato é Henri Claudino, empregado da Celesc há 35 anos e que ingressou na empresa como eletricista na Regional de Tubarão. Henri é graduado em Administração de Empresas e Gestão da Previdência Complementar e pós-graduado em Mercado Financeiro e de Capitais. Ele possui as certificações Gestão de Riscos Financeiro, Diversificação de Investimentos na Prática, Gestão de Investimentos de Fundos de Pensão, Investindo em Renda Variável e Gerenciamento de Risco de Mercado.

O candidato foi dirigente sindical liberado pelo Sinteresc de 2004 à 2014, tendo sido coordenador da Intersindical dos Eletricistas de Santa Catarina - INTERCEL. Neste período foi eleito para representar os participan-

tes no Conselho Deliberativo da Celos por um mandato (2010 - 2013), tendo sido membro titular do Comitê de Investimentos. Henri foi eleito com apoio da Intercel e da APCelesc para a Diretoria Administrativa-Financeira da Celos por dois mandatos (2015 - 2022), onde conduziu um processo de reestruturação dos investimentos, melhorando a governança e a rentabilidade dos planos e dos benefícios dos trabalhadores.



É fundamental que a categoria participe do pleito dando seu voto de confiança a Henri. É preciso que o candidato tenha uma votação expressiva para dar legitimidade à sua atuação no Conselho Deliberativo. Dia 6 de novembro vote Henri Claudino para o Conselho Deliberativo da Celos.

Candidato percorre postos de trabalho na Celesc

O candidato Henri Claudino está percorrendo os postos de trabalho na Celesc desde o dia 8 de outubro. A agenda de campanha iniciou na Agência Regional de São Miguel do Oeste e já passou por Chapecó, Concórdia, Videira, Joaçaba, Lages, Criciúma, Tubarão, Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul e Mafra. Nessa semana, Henri visita as Regionais de Blumenau, Rio do Sul, Itajaí e Florianópolis, além da sede da Celos, na capital. Na próxima semana, a campanha percorrerá as salas da Administração Central da empresa.



FIQUE POR DENTRO
DAS NOVIDADES

Seminários Regionais na Celesc

Os Seminários Regionais na Celesc iniciaram nesta terça-feira com os empregados da Agência Regional Florianópolis. O evento, que é preparatório para o Congresso dos Empregados que ocorrerá em 2025, dura um dia e proporciona aos trabalhadores debaterem a gestão da empresa, unificando a visão dos celesquianos para a construção de uma empresa pública que atenda a sociedade com qualidade. Nas imagens abaixo, o Seminário com colegas da ARFLO:



PLR 2024 Eletrobras

O Coletivo Nacional dos Eletricistas (CNE) solicitou à direção da Eletrobras o agendamento da reunião da Comissão Paritária que vai discutir a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) 2024. A Intersul espera que a reunião seja confirmada para a semana de 11 de novembro.

Intersul pede outra reunião com Eletrobras

A Intersul também solicitou à Eletrobras uma reunião para debater outros pontos pendentes. Entre eles, correspondências sem respostas (como o cumprimento da legislação art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e aplicação integral do índice de reajuste salarial na data-base), problemas na emissão do PPP de trabalhadores que atuam na área de risco, considerações e nivelamento de informações sobre o número de adesões ao PDC, demissões na CGT Eletrosul e quantitativo de empregados admitidos, entre outros assuntos.

GT da Previdência no CNE

O Grupo de Trabalho da Previdência do CNE se reuniu no dia 30, com participação dos conselheiros eleitos nas Fundações, para discutir os encaminhamentos necessários em defesa da manutenção das Fundações. A Eletrobras está atuando para unificar todos os fundos de pensão e os trabalhadores e trabalhadoras discutirão estratégias em defesa de seus direitos e das Fundações.

Enel deixa São Paulo no escuro mais uma vez

A região metropolitana de São Paulo passou por um novo apagão após uma chuva na noite de quarta-feira da semana passada, dia 23. Dessa vez, foram quase 72.000 imóveis sem energia. O apagão durou quase quatro horas.

Horário de verão linha viva precisa ser estendido

Regime especial de trabalho evita que eletricitistas sofram ainda mais com as altas temperaturas

O horário de verão linha viva é um regime especial de trabalho adotado no verão, entre os meses de dezembro a março, em que os trabalhadores das equipes de Linha Viva da Celesc podem trabalhar seis horas diárias, podendo, dessa forma, iniciar os trabalhos às 6h ou às 7h da manhã, encerrando as 12h15min ou 13h15min.

Essa condição especial visa a saúde e segurança dos trabalhadores de Linha Viva, devido ao grande aumento da temperatura nos meses do verão. Isso traz uma condição adversa para os eletricitistas, com altas temperaturas e condições climáticas extremas. A fadiga e a exaustão podem ser fator determinante de risco para esses trabalhadores que exercem atividade de maior complexidade, trabalhando na manutenção das redes energizadas.

Já tem algum tempo que os trabalhadores reivindicam a extensão desse horário em condição especial, iniciando em novembro e finalizando no mês de março. O aquecimento global tem influenciado diretamente na condição climática do nosso estado. Os dias mais quentes iniciam já na primavera, o que, por si só, já é argumento suficiente para atender à reivindicação dos trabalhadores. Porém, na contramão desse tema, a empresa pretende aumentar de seis para oito horas a jornada de trabalho nos meses mais quentes do ano.

des do ano.

Fica notório o desconhecimento e descaso por parte de alguns gestores sobre o tema. O grande dilema é trabalhar em jornada reduzida. Essa situação parece trazer desconforto para alguns. Enquanto a saúde e segurança são deixadas de lado, a fadiga e o desgaste podem comprometer em muito a atenção e, assim, aumentar o risco de acidente. Uma mudança de postura seria um grande marco em uma empresa do porte da Celesc, exemplo para todas as empresas do setor elétrico. Além de estender o horário em mais alguns meses, deveriam ampliar o número de equipes de Linha Viva própria.

Com indicadores de DEC e FEC ainda mais apertados, trabalhos de manutenção evitando desligamentos trazem cada vez mais retorno financeiro para a empresa e satisfação para os clientes da Celesc. Porém, o que vemos em todo o estado é um descaso com as equipes de Linha Viva de Distribuição e Transmissão, cujo viés de terceirização todos nós sabemos a fórmula no final.

Em alusão ao nome do nosso próprio jornal, continuaremos energizados e ligados nesse tema de grande importância para os trabalhadores da Linha Viva, e assim ficaremos em todos os pontos que envolvam trabalhadores da Celesc.



TRIBUNA LIVRE | Por Tamara Zambiasi, Doutoranda em Geografia na Universidade de Cambridge (Reino Unido). Mestre em Estudos Latino-Americanos pela Universidade de Cambridge (Reino Unido). UK Research Council ESRC-DTP Cambridge Scholar. Honorary Harding Distinguished Postgraduate Scholar. Bacharel e licenciada em História pela PUCRS (Brasil)

Anatomia de um apagão: A crise da privatização dos serviços públicos

São Paulo, a maior metrópole da América Latina, mergulhou novamente na escuridão em outubro, marcando o terceiro grande apagão em menos de um ano. Mais de 3 milhões de moradores ficaram sem energia, não por algumas horas, mas por dias consecutivos, evidenciando a fragilidade de um serviço essencial. No centro da crise, figura a Enel, multinacional italiana que, desde a aquisição da AES Eletropaulo em 2018, é responsável pela distribuição de energia na capital paulista. A empresa tem sido alvo de severas críticas, com acusações de negligência e má gestão que ganham cada vez mais força entre a população e especialistas.

Em 1999, a Eletropaulo foi privatizada apenas 18 anos após sua fundação. Na época, o Governo do Estado de São Paulo justificou a venda pela situação financeira crítica da companhia, marcada por um elevado endividamento que impedia novos investimentos e comprometia a qualidade do atendimento. O processo, marcado por controvérsias, foi viabilizado com recursos públicos através de financiamento do BNDES, e resultou na venda da estatal ao consórcio Lightgás, liderado pela empresa americana AES, pelo valor mínimo de R\$ 1,7 bilhão estipulado no edital.

A venda, contudo, teve desdobramentos problemáticos: o consórcio não quitou integral-

mente a dívida, que deveria ser paga em nove parcelas. Em 2004, o BNDES perdoou quase 200 milhões de dólares em juros acumulados em troca de uma promessa de pagamento da dívida principal, um acordo que levantou ainda mais dúvidas sobre os rumos dessa privatização. O cenário subsequente incluiu o sucateamento da infraestrutura, a falta de investimentos estratégicos, o fechamento de agências e cortes profundos no quadro de funcionários, enquanto a dívida da companhia continuava a crescer, atingindo R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 1,2 bilhão eram devidos ao próprio BNDES.

Entre 1998 e 2001, a AES Eletropaulo destinou US\$ 318 milhões em dividendos para o exterior, beneficiando seus acionistas estrangeiros, mesmo com a rede elétrica precisando urgentemente de modernização e manutenção. Esse fluxo de dividendos contrastava com a crise operacional local e expôs um dilema central da privatização: a prioridade aos acionistas internacionais em detrimento dos investimentos necessários. Em 2001, a companhia reportou um lucro de US\$ 273 milhões, mas, já no ano seguinte, apresentou um prejuízo de US\$ 3,5 milhões, refletindo uma gestão financeira instável e incapaz de gerar segurança institucional.

Esse histórico de gestão precária culminou, uma década depois, em uma explosão de insatisfação entre os consumidores. Em 2010, os

efeitos da privatização ficaram evidentes nos dados: o Procon de São Paulo registrou um aumento significativo nas queixas contra a AES Eletropaulo, totalizando 3.715 atendimentos entre janeiro e agosto daquele ano. Esse número foi 28 vezes superior ao de reclamações contra a CPFL, segunda empresa mais mencionada, revelando uma discrepância alarmante e a gravidade dos problemas enfrentados pelos clientes da AES Eletropaulo. Com uma infraestrutura cada vez mais sucateada, redução de funcionários e fechamento de agências, a AES Eletropaulo se transformou em um símbolo das falhas do modelo de privatização que, em vez de priorizar o interesse público e a qualidade do serviço, favoreceu a transferência de dividendos a acionistas internacionais, mesmo diante de uma crise operacional local.

Em 2018, diante de uma situação financeira precária e sob forte pressão pública, a AES decidiu vender sua participação na Eletropaulo, justificando a decisão como parte de uma estratégia de reciclagem de capital e foco em operações mais lucrativas. Naquele ano, a italiana Enel, uma gigante do setor elétrico com controle majoritário do governo italiano, assumiu a operação da Eletropaulo. Com uma presença marcada no Brasil, incluindo concessões no Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo, a Enel passou a atender mais de 18 milhões de pes-



EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

A Diretoria do SINDICATO DOS ELETRICISTAS DO NORTE DE SANTA CATARINA - SINDINORTE-SC, em conformidade com o que prevê o seu Estatuto Social, em seu art.12, CONVOCA todos os trabalhadores associados de sua base territorial, pertencentes a CELESC DISTRIBUIÇÃO S/A e CGT ELETROSUL, para se reunirem em ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, a realizar-se no dia 07/11/2024 (quinta-feira) na sede do SINDINORTE, Rua Max Colin, 2368, Glória - Joinville/SC, às 18h00min, em primeira convocação com o número regulamentar de presentes, e às 18h30min, em segunda e última convocação com qualquer número de presentes, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA:

- 1) Leitura, discussão e votação das peças que compõem o BALANÇO FINANCEIRO do exercício 2023, com o parecer do Conselho Fiscal;
- 2) Leitura, discussão e votação da peça componente da PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA para o exercício de 2025, com o parecer do Conselho Fiscal.

Joinville, 31 outubro de 2024.

Wanderlei Lenartowicz
Presidente do Sindinorte

soas apenas na região metropolitana de São Paulo.

Na ocasião do fechamento do negócio, o presidente da Enel no Brasil anunciou um plano de investimento de mais de 900 milhões de dólares até 2021, com a promessa de reverter a precariedade do serviço, que, segundo a companhia, era consequência da falta de investimentos adequados pela Eletropaulo. No entanto, ao longo desse período, a Enel investiu aproximadamente 600 milhões de dólares, valor consideravelmente abaixo do prometido. Em contrapartida, a empresa dobrou seus lucros e reduziu seu quadro de colaboradores em 35%, levantando questionamentos sobre o compromisso com a qualidade do serviço e o impacto desse modelo de gestão no atendimento ao consumidor.

Desde que a Enel assumiu a Eletropaulo, as reclamações de consumidores não pararam de crescer. Apagões prolongados e dificuldades para obter atendimento eficiente intensificaram o volume de queixas registradas pelo Procon, expondo a discrepância entre as promessas de melhorias e a realidade enfrentada pela população.

Texto original publicado em: <https://diplomatique.org.br/anatomia-de-um-apagao-a-crise-da-privatizacao-dos-servicos-publicos/> Você confere o texto na íntegra também em linhaviva.org.br

Celesquiana lança “Chão de aurora”

O recém-lançado livro “Chão de Aurora”, é a segunda obra da celesquiana de Brusque, Igñês Emanuela G. F. Cadorin, ambas publicadas pelo portal UICLAP.

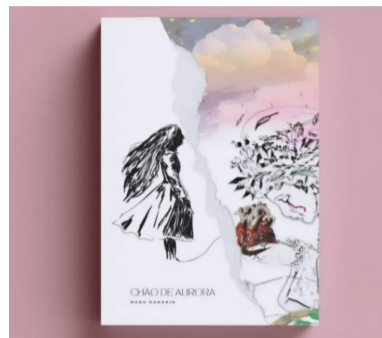


Além de atuar na empresa como atendente comercial, a celesquiana é Artista Plástica, Escritora, Técnica em Edificações, Engenheira de Produção, MBA em Designer Thinking, MBA em Coaching e graduanda em Engenharia de Segurança do Trabalho.

Seus livros são a realização de um sonho que vem desde a infância porque ser escritora é e sempre foi para ela o ofício mais bonito entre as profissões.

“‘Chão de Aurora’ é um conto muito especial porque carrega as histórias que eu lia na

infância. Fui alfabetizada em casa com literatura de cordel e foram nestas lembranças que busquei inspiração”.



Literatura de Cordel consiste em poemas escritos em linguagem popular que em alguns lugares do nordeste ainda são vendidos pendurados em barbantes. Os contos geralmente narram aventuras sobrenaturais e duelos.

Nesta trama repleta de mistério, as relações sociais estabelecidas retratam a necessidade do rompimento de padrões ditatoriais para que formas justas de convivência nasçam. A coragem da protagonista nos leva a refletir sobre as barreiras que encontramos pelo caminho quando se busca um objetivo.

Mulheres cineastas de SC apresentam filmes inéditos no Festival de Cinema em Garopaba

Eglê, da diretora Adriane Canan, é um dos filmes que serão exibidos de graça na 3ª edição do FICA - Festival Internacional de Cinema Ambiental de Garopaba

Nascida em Tubarão, Eglê Malheiros, de 96 anos, que é exemplo da presença feminina na história do cinema catarinense, é um dos destaques da 3ª edição do FICA - Festival Internacional de Cinema Ambiental de Garopaba, que acontece de 4 a 9 de novembro. É que no dia 7 de novembro, a partir das 19h, o documentário “Eglê”, dirigido por Adriane Canan e produzido por uma equipe técnica formada só por mulheres, será exibido de graça na Praça Central de Garopaba.



Adriane Canan - Foto: Divulgação

Segundo a diretora, Eglê foi a primeira mulher catarinense roteirista de cinema. Junto ao companheiro Salim Miguel, escreveu roteiro e argumento do primeiro longa-metragem filmado no estado, “O preço da ilusão”, 1957, uma epopeia que marcou época em Florianópolis pelas mãos dos jovens do Grupo Sul. Antes, em 1952, pelas Edições Sul, publicou seu primeiro livro de poemas, intitulado Manhã. “O documentário ‘Eglê’ tem como intenção jogar luz sobre a história de Eglê Malheiros, uma mulher de vanguarda de Santa Catarina em várias áreas, como política, cinema, literatura, tradução e outras. Ela foi a única mulher a integrar o Grupo Sul”, compartilha Adriane.

Com produção da Margot Filmes e coprodução da Lilás Filmes e da Calêndula Filmes, o documentário produzido em 2023 com recursos do Prêmio Catarinense de Cinema 2019 - Fundação Catarinense de Cultura (FCC), ANCINE/FSA (Arranjos Regionais), circulou por festivais nacionais e recebeu o Prêmio de Melhor Longa Nacional no VII Curta Lages - Festival Internacional de Cinema (2024) e Menção Honrosa na Mostra de Audiovisual do Seminário Internacional Fazendo Gênero 13 (2024), em Florianópolis.

Natural de Quilombo, formada em Jornalismo e com Mestrado em Literatura Brasileira pela UFSC, Adriane, que cursou também a oficina de Roteiro Avançado na Escuela de Cine y Televisión de San Antonio de Los Baños, em Cuba, está feliz em poder participar do FICA Garopaba.

“É muito interessante participar de festival em uma cidade como Garopaba, pois, além de apresentar filmes nacionais e internacionais, festivais como o FICA possibilitam o acesso ao que é produzido aqui e em outros lugares a outras pessoas, a um espectro maior de público. É um caminhar de políticas públicas de inclusão de públicos e realizadoras/res”, destaca a diretora que entrou no mundo do cinema incentivada pela vontade de contar histórias e de encontrar caminhos narrativos, de linguagem e estéticos que destoam do dito cinemão.

Já o documentário “Plantadeira”, que será exibido no sábado, dia 9, às 18h, marca a estreia de Sheide Mara como diretora. Nascida em Florianópolis, e morando desde 2018 em Garopaba, a terapeuta que trabalha com foco em práticas integrativas que unem arte, música e o cultivo de plantas para promover saúde e bem-estar, está contente por integrar a programação do FICA.



Sheide Mara - Foto: Divulgação

“É uma emoção poder participar de um Festival desse porte aqui na nossa região. E estar transmitindo a mensagem da importância das plantas em seus diversos usos é de grande valor, ainda mais por tudo que estamos vivenciando hoje com essa crise climática, é essencial que valorizemos o cuidado com a terra e o poder das plantas para a cura do corpo, da mente e do espírito”, destaca.

Com abordagem que integra corpo, mente e ambiente, Sheide conta que busca transformar a relação das pessoas com seu próprio bem-estar e com a terra. “O cinema nunca foi a minha área, meu grande sonho era implementar hortos de plantas medicinais na cidade. E com a oportunidade da Lei de incentivo Paulo Gustavo, decidimos gravar o documentário sobre o poder das plantas e mulheres plantadeiras da nossa região”, conclui.

Produção em Garopaba

Totalmente produzido na cidade de Garopaba, o curta-metragem “A Última Primavera”, dirigido por Michelly Hadassa,

promete ser uma das sensações do FICA Garopaba. É que a produção, que conta com parte da equipe e elenco da cidade do Litoral de SC, foi premiada recentemente pelo Júri Popular no 28º Florianópolis Audiovisual Mercosul – FAM 2024.

Esse é o terceiro filme produzido por Michelly, que tem no currículo a participação em mais de 100 produções audiovisuais, curtas e longas-metragens, filmes publicitários e séries para TV.

Morando há 25 anos em Garopaba, a gaúcha de Estrela, conta que o interesse pelo cinema surgiu a partir de uma imensa vontade de contar histórias e de transformar pessoas. “Muitos são os filmes que nos tocam e nos trazem lições, toda criança já viveu um momento no qual queria ser um super-herói ou uma princesa de contos de fadas. Quando comecei a estudar Cinema, percebi que me identificava mais com filmes que mostrassem a minha realidade, filmes pelos quais era possível eu me colocar naquele lugar e sonhar com uma vida melhor. Aí, obviamente, começam os questionamentos sobre diversidade temática, gênero e raça”, compartilha.

Michelly conta que foi após o falecimento dos pais que escreveu o roteiro do filme “A Última Primavera”. “Me tornei mãe, descobri da pior forma como é difícil fazer arte e sobreviver dela, quando se tem filhos, é difícil ser mulher e continuar sonhando após a maternidade. É preciso mais do que força para sobreviver numa sociedade patriarcal e conservadora”, afirma.

O curta será exibido dentro da Mostra Vozes Veladas, com filmes Catarinenses, a partir das 18h do dia 9 de novembro. Para Michelly, a oportunidade de exibir o filme em Garopaba, principalmente dentro da programação de um Festival de Cinema tão importante como o FICA, é muito importante.

*Com coordenação de Cristovam Muniz Thiago, a 3ª edição do FICA Garopaba deve atingir um público de 2.300 pessoas nos cinco dias de evento. Serão realizadas ações gratuitas presenciais e com classificação livre na praça e nos demais espaços culturais e educacionais de Garopaba e nas cidades de Imbituba, Laguna e Florianópolis. A programação completa está disponível no @fica.garopaba. O Projeto Festival Internacional de Cinema Ambiental de Garopaba – 3ª edição é realizado com recursos do Prêmio Catarinense de Cinema, edição especial Paulo Gustavo/2023.



Michelly Hadassa - Divulgação